



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第五屆立法會

第三立法會期（二零一五—二零一六）

第一組

第 V-64 期

V LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2015-2016)

I Série

N.º V-64

Data: 17 de Novembro de 2015

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 15 horas e 57 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Ho Iat Seng

Vice-Presidente: Lam Heong Sang

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Ho Iat Seng, Lam Heong Sang, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lau Veng Seng, Mak Soi Kun, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi, Tong Io Cheng, Leong Veng Chai, Chan Iek Lap, Chan Hong, Zheng Anting, Si Ka Lon, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei.

Convidados: Chefe do Executivo, Chui Sai On; Chan Hoi Fan, Secretária para a Administração e Justiça; Leong Vai Tac, Secretário para a Economia e Finanças; Wong Sio Chak, Secretário para a Segurança; Alexis Tam Chon Weng, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura; Raimundo Arrais do Rosário, Secretário para os Transportes e Obras Públicas; Cheong Weng Chon, Comissário contra a Corrupção; Ho Veng On, Comissário de Auditoria; Ma Io Kun, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários; Wallis O Lam, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo; Iao Man Leng, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça; Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a

Economia e Finanças;

Iva Cheong Ioc Ieng, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;

Lai Ieng Kit, Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;

Grace Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;

Sam Vai Keong, Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção;

Ho Wai Heng, Chefe do Gabinete do Comissariado da Auditoria;

Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;

Liu Chak Wan, Membro do Conselho Executivo;

Ma Iao Lai aliás Alexandre Ma, Membro do Conselho Executivo;

Ho Sut Heng, Membro do Conselho Executivo;

Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo;

Peter Lam Kam Seng, Membro do Conselho Executivo; e

Goretti Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia: Declaração do Chefe do Executivo sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2016.

Sumário: Declaração do Chefe do Executivo sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2016.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados.

Vamos dar início à reunião. A Ordem do Dia de hoje é a declaração do Chefe do Executivo sobre o relatório das LAG para o ano financeiro de 2016. Antes de mais, agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Sr. Chefe do Executivo, bem como dos membros do Conselho Executivo e do Governo, na reunião plenária de hoje.

Sr. Chefe do Executivo, faça o favor.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa.

Sras. e Srs. Deputados,

Venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa

Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica de Macau, apresentar a esta nobre Assembleia, reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2016.

O ano 2015 é o primeiro ano de governação do presente mandato do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Perante os múltiplos desafios trazidos pela conjuntura interna e externa, em constante mutação durante este ano, nós, em cumprimento escrupuloso da Lei Básica de Macau, contando com a vantagem do princípio “um País, dois sistemas” e com o firme apoio do Governo Central, e em conjugação de esforços com toda a população, persistimos nos valores nucleares do Patriotismo e do amor por Macau, conseguimos avançar mesmo nos momentos adversos, e assegurar a estabilidade da economia e da sociedade. Para além de reforçarmos a nossa capacidade de resistência a riscos, aperfeiçoámos a gestão das finanças públicas e, demos continuidade à implementação das diversas medidas relacionadas com a vida da população.

Após dez anos de crescimento a um ritmo acelerado, o sector do jogo encontra-se, actualmente, numa fase de ajustamento, tendo as respectivas receitas registado quebras contínuas. Durante o período de rápido crescimento económico, o Governo sempre seguiu o princípio da manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, procurando alcançar o equilíbrio entre receitas e despesas, de acordo com a Lei Básica de Macau, e assente nos excedentes orçamentais foi criado o regime de reserva financeira. Actualmente, o Governo mantendo-se firme no prosseguimento do lema governativo de “desenvolver a economia e melhorar as condições de vida da população”, tem vindo a fomentar a cooperação regional, a impulsionar a diversificação adequada da economia e a promover a construção de “Um Centro, Uma Plataforma”.

Ao analisarmos a situação no seu todo, constatamos que a economia de Macau se tem desenvolvido de forma saudável, as finanças públicas mantêm-se estáveis, apresentando o orçamento do Governo um saldo positivo. Os grandes empreendimentos estão em curso de forma ordenada, a taxa de desemprego continua a apresentar um nível relativamente baixo, a inflação tem sido atenuada, e continuamos a depositar grande confiança no desenvolvimento a longo prazo da economia local.

O Governo tem implementado sólidas políticas fiscais e financeiras. Até Setembro de 2015, a reserva financeira da RAEM apresentava uma reserva básica de 131.880 milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 211.381 milhões de patacas. O saldo orçamental do ano financeiro de 2014 foi de 90.296 milhões de patacas, e findo o processo de liquidação, o montante global da reserva extraordinária irá atingir os 301.677 milhões de patacas, contabilizando, assim, a reserva financeira um montante global de 433.557 milhões de patacas, enquanto a reserva cambial irá atingir os 145.343 milhões de patacas.

Foi, recentemente, criada a Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, presidida pelo Chefe do Executivo, e encontra-se em curso a elaboração do “Plano de Desenvolvimento Quinquenal da Região Administrativa Especial de Macau (Anos 2016 – 2020)”, cujas Bases Gerais serão apresentadas conjuntamente com o presente relatório, visando auscultar de forma ampla as opiniões da sociedade, para juntos projectarmos um plano geral para o desenvolvimento da RAEM no futuro.

Realizou-se, neste ano, a cerimónia de “Comemoração do 70.º

Aniversário da Vitória da Guerra de Resistência do Povo Chinês Contra a Agressão Japonesa e da Vitória Mundial Contra o Fascismo”, através da qual, o Governo e os cidadãos puderam, em conjunto, recordar a História, lembrar os mártires, valorizar a paz, e assim, com o empenho de todos, projectar um futuro melhor em prol do grandioso renascimento da Nação Chinesa.

Tendo o Governo Central decidido dar início aos trabalhos relativos à definição das áreas marítimas sob jurisdição da RAEM, a pedido do Governo da RAEM, iremos, em cooperação com os serviços competentes do Governo Central, intensificar os trabalhos de aperfeiçoamento das leis e regulamentos relacionados com a gestão futura das áreas marítimas, bem como reforçar os recursos humanos e as instalações e equipamentos necessários.

No novo ano, o Governo dará firme prosseguimento aos lemas de governação “servir melhor os cidadãos” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”. Irá colocar os assuntos relacionados com a vida da população no topo das prioridades da acção governativa e acelerar a construção de mecanismos eficientes de longo prazo para a habitação, a segurança social, o ensino, a saúde e a formação de quadros qualificados.

O Governo da RAEM no prosseguimento do seu objectivo governativo de “racionalização de quadros e simplificação administrativa”, irá proceder, de forma gradual, ao ajustamento e à reorganização das estruturas administrativas, elevando a capacidade de governação e o nível de desempenho, em conformidade com a lei, e fortalecendo a integridade governativa. Iremos exigir que os funcionários dos diversos níveis, colocando-se na posição dos cidadãos e partindo dos interesses gerais da sociedade, adoptem um pensamento pragmático e inovador e promovam, constantemente, o melhoramento das políticas e medidas governativas, a fim de consolidar bases mais sólidas para o desenvolvimento da RAEM nos próximos cinco anos.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados:

Passo agora à apresentação das prioridades da acção governativa para o ano 2016.

1. Elevação constante da qualidade de vida da população

O Governo faz questão em manter-se firme na promoção da diversificação adequada da economia, e simultaneamente, implementar políticas e medidas relacionadas com a vida dos cidadãos.

(1) Promoção dos projectos relacionados com o bem-estar da população

As medidas implementadas em benefício do bem-estar dos cidadãos são uma parte importante do mecanismo eficiente de longo prazo relacionado com a qualidade de vida, e constituem uma iniciativa que materializa a partilha dos frutos do desenvolvimento económico. O Governo encontra-se empenhado na instituição de regimes, na alocação de recursos e na optimização dos trabalhos, adoptando medidas de curto e médio prazo no sentido de reforçar o bem-estar dos cidadãos. Assim, no próximo ano, será dada continuidade à implementação das seguintes medidas:

Pretendemos manter o Programa de Participação Pecuniária, e após feita a avaliação da situação financeira do corrente ano, propomo-nos atribuir, no próximo ano, o montante de 9.000 patacas a cada residente permanente e o montante de 5.400 patacas a cada residente não permanente.

De acordo com a lei que regula as “Contas Individuais de Previdência”, cada residente permanente de Macau qualificado tem direito a uma verba de activação de 10.000 patacas, injectada pelo Governo na sua conta individual, e propomo-nos, no próximo ano, injectar na conta individual de cada residente uma verba adicional de 7.000 patacas, proveniente do saldo orçamental.

O Governo irá reforçar o apoio aos idosos e às camadas em situação vulnerável. A Pensão para Idosos foi já actualizada para 3.350 patacas, e propomo-nos elevar, no próximo ano, o montante do Subsídio para Idosos de 7.500 patacas para 8.000 patacas.

O valor do índice mínimo de subsistência será ajustado em Janeiro do próximo ano, de acordo com o mecanismo de avaliação, passando das 3.920 patacas para 4.050 patacas.

Propomo-nos atribuir às famílias beneficiárias do subsídio do apoio financeiro uma prestação adicional única, de valor correspondente ao montante total do subsídio. O Governo continuará a atribuir os apoios especiais e o subsídio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável. Irá, ainda, integrar o Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo nos serviços regulares, aumentando o valor do orçamento diário das actuais 38 patacas para 40 patacas, com vista a reforçar o apoio às pessoas com baixos rendimentos.

O carinho e o apoio às pessoas portadoras de deficiência são responsabilidades assumidas em conjunto pelo Governo e pela sociedade, razão pela qual o Governo tem procurado melhorar a vida dos portadores de deficiência através de diferentes meios. No próximo ano, propomo-nos elevar o valor do Subsídio de Invalidez normal de 7.500 patacas para 8.000 patacas, e o valor do Subsídio de Invalidez especial de 15.000 patacas para 16.000 patacas. Iremos, também, manter a atribuição do Subsídio Provisório de Invalidez, bem como, equacionar a sua transformação numa medida permanente. Com vista a apoiar os deficientes na procura de emprego, pretendemos dar um benefício fiscal às empresas que empreguem trabalhadores deficientes, que consiste na concessão de uma dedução extraordinária ao rendimento colectável respeitante ao imposto complementar de rendimentos, no valor de 72.000 patacas por ano por cada um desses indivíduos contratados. Simultaneamente, iremos estudar a implementação de um regime de atribuição de um subsídio complementar aos rendimentos de trabalho aos indivíduos portadores de deficiência qualificados que sejam trabalhadores por conta de outrem. Na sequência da implementação do Plano Decenal para os Serviços de Reabilitação de 2016 a 2025, no próximo ano o Governo irá promover a cooperação interdepartamental, dando acompanhamento à execução do plano de acção.

Será implementada a dedução progressiva de renda às famílias arrendatárias de habitações sociais e mantido o plano provisório de atribuição de abono de residência aos agregados familiares que se encontrem na lista de espera de habitação social.

Para além de implementar o salário mínimo em alguns sectores, o Governo dará continuidade à concessão da subvenção de rendimentos, até ao montante de 5.000 patacas, aos trabalhadores por

conta de outrem, a tempo inteiro, e com baixos rendimentos. Continuaremos a dinamizar o Projecto de Serviço sobre Vida Positiva e o Plano de Apoio Comunitário ao Emprego, e serão reforçados os serviços de colocação profissional e de visita de apoio domiciliário, o que contribuirá para a elevação do nível de independência dos indivíduos em situação vulnerável.

Iremos reforçar o apoio aos estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas. Propomo-nos elevar o montante do “subsídio de alimentação” de 3.200 patacas para 3.400 patacas e o montante do “subsídio para aquisição de material escolar” de 2.100 patacas e 2.700 patacas para 2.200 patacas e 2.900 patacas, respectivamente.

Daremos continuidade ao Regime do Subsídio para a Aquisição de Manuais Escolares, mantendo os valores em 3.000 patacas, para cada estudante do ensino secundário, em 2.600 patacas, para cada estudante do ensino primário, e em 2.000 patacas, para cada estudante do ensino infantil.

Continuaremos a conceder o subsídio para aquisição de material escolar, no montante de 3.000 patacas, aos estudantes de Macau que estejam a frequentar cursos de ensino superior e de pós-graduação.

Será dada continuidade ao Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, com a duração de três anos. O Governo irá proceder à avaliação dos resultados obtidos, e reforçar o apoio aos residentes na obtenção de credenciação profissional ou na participação em exames de qualificação profissional.

Pretendemos, também, manter o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde para cada residente permanente de Macau com o valor de 6.000 patacas. Daremos, ainda, continuidade à atribuição da subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, no montante de 200 patacas por mês por cada unidade habitacional.

Com a aplicação das subvenções e participações acima mencionadas, o Governo prevê despesas na ordem dos 11.707 milhões de patacas.

No próximo ano, continuarão a ser adoptadas medidas de redução e isenção fiscal, designadamente a manutenção do valor da matéria colectável a beneficiar de isenção de imposto complementar de rendimentos, o qual foi já elevado para 600.000 patacas; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa da inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguro, incluindo o seguro de vida e do imposto do selo sobre as operações bancárias; a isenção da taxa da licença de reclames e tabuletas das unidades comerciais; a isenção do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; a isenção da contribuição predial urbana para residentes de Macau até 3.500 patacas; a isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões. Os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel (aplicada apenas a unidades habitacionais) até 3 milhões de patacas do valor da propriedade.

No próximo ano, será mantida a redução de 30% no imposto profissional da população activa, com o limite de isenção em

144.000 patacas. O Governo prorrogará a medida de devolução de 60% do imposto profissional referente ao corrente ano aos residentes de Macau que efectuaram o pagamento do imposto, com o limite máximo de devolução de 12.000 patacas, a ter lugar em 2017.

Com a aplicação das referidas medidas de isenção e redução de taxas e impostos e de devolução de imposto, o Governo da RAEM deixará de receber receitas fiscais no valor aproximado de 2.428 milhões de patacas.

(2) Aceleração da construção do sistema de segurança social

O sistema de segurança social abrange três áreas: o fundo de segurança social, a assistência social e os benefícios sociais. O Governo irá acelerar a construção do mecanismo eficiente de longo prazo para um sistema de segurança social abrangente e com múltiplos suportes.

No âmbito do fundo de segurança social, iremos promover, de forma empenhada, a construção do regime de segurança social de dois níveis.

No próximo ano, o Regime de Previdência Central não obrigatório entrará em processo legislativo e será dado início à elaboração do regulamento administrativo complementar.

O Governo irá cumprir a promessa de injectar, entre 2013 e 2016, uma verba total de 37 mil milhões de patacas no Fundo de Segurança Social, no sentido de assegurar o funcionamento sustentável do regime de segurança social. Procuramos sempre adoptar uma gestão de recursos activa, mas cuidada, apoiando o Fundo de Segurança Social no aumento dos montantes de diversas regalias e subsídios, nestes últimos anos. No próximo ano, o Governo irá desenvolver, de melhor forma, os trabalhos de coordenação relativos ao aumento do valor das contribuições para o Fundo de Segurança Social, procurando concluí-los o mais rápido possível.

No âmbito do apoio social, empenharemos esforços na prestação de apoio aos cidadãos mais carenciados, no reforço da coordenação interdepartamental para a implementação de medidas de apoio, e na consolidação do mecanismo de apoio social para abranger o maior número possível de carenciados.

Os idosos são a riqueza da sociedade. Devemos proporcionar carinho aos idosos e assegurar-lhes uma vida segura, saudável e digna. Isso constitui não apenas uma das responsabilidades que a família, o Governo e a sociedade devem assumir, como também uma das tradições chinesas de excelência que devemos preservar. No próximo ano, a proposta do “Regime jurídico dos direitos e garantias dos idosos” entrará em processo legislativo e será implementado o Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos (2016-2025). Além disso, será criado o Grupo Director Interdepartamental do Mecanismo de Protecção dos Idosos da RAEM, a fim de obter maiores sinergias no processo de implementação de medidas. Pretendemos implementar medidas de incentivo à prestação domiciliária de cuidados aos idosos, impulsionar a organização de cursos de formação na prestação domiciliária de cuidados a idosos, promover a construção da rede de apoio a cuidadores de idosos, aumentar os serviços de apoio a idosos, e reforçar a prestação de apoio aos idosos no âmbito da família e dos serviços comunitários.

No âmbito dos serviços sociais, o Governo, em estreita

cooperação com as associações civis, lançou novos regimes de apoio financeiro, e pretende implementar uma “rede de serviços de apoio a famílias em risco”, para promover serviços mais diversificados.

O Governo, atento ao aumento da procura de creches no último ano, pretende tomar medidas diversificadas para aumentar o número de vagas nas creches. Prevê-se que o número de vagas nas creches seja aumentado para mais de 10.000 no próximo ano, podendo, assim, servir cerca de 90% das crianças de 2 anos.

Será efectuada uma revisão completa da “Lei de bases da política familiar” no sentido da promoção da harmonia familiar. Em conjugação de esforços de toda a sociedade, iremos impulsionar a construção de “famílias harmoniosas” e de uma “comunidade harmoniosa”.

Pretendemos acelerar o aperfeiçoamento de instalações de serviços sociais, e prevê-se que um total de 18 unidades de instalações de serviços sociais, orçamentadas em cerca de 280 milhões, entrará sucessivamente em funcionamento a partir do corrente ano até ao final do próximo ano. Além disso, também está planeada a reserva de terrenos nos Novos Aterros Urbanos para a construção de instalações complementares de serviços sociais. Daremos continuidade ao reforço da formação de recursos humanos, e esforçar-nos-emos para que a proposta do “Regime de credenciação e inscrição para o exercício de funções de assistente social” entre em processo legislativo no próximo ano.

(3) Habitação para todos, bem-estar para todos

O Governo está empenhado na alocação racional de recursos públicos, na aceleração da construção de habitações públicas, e na promoção da continuidade do equilíbrio entre as habitações públicas e o mercado imobiliário privado, de modo a que seja materializada a meta governativa “habitação para todos, bem-estar para todos”.

No próximo ano, o Governo irá iniciar a elaboração do plano director urbanístico, com vista a definir a natureza, a dimensão e a orientação de desenvolvimento da cidade de Macau. O Conselho para a Renovação Urbana, que será criado em breve, irá estudar a promoção de reordenamento dos bairros antigos, com base no conceito de renovação urbana, permitindo, assim, que o ambiente urbano seja melhorado de forma faseada, programada e por zonas.

Daremos continuidade ao aperfeiçoamento da construção e da fiscalização das obras de habitação pública, bem como ao reforço dos trabalhos relativos à atribuição e gestão de habitações públicas. De acordo com a revisão da “Lei da habitação económica”, passou a ser aplicado o regime de apreciação precedida de sorteio, com base no qual foi concluída a apreciação substancial para se proceder à atribuição de fracções, de acordo com a lista de ordenação. Para além disso, a consulta pública sobre a Revisão do Regime Jurídico de Habitação Social está concluída. O estudo sobre a viabilidade de um novo tipo de habitação pública será concluído até ao final do corrente ano, e o Governo tomará uma decisão sobre esta matéria.

O Governo envidará todos os esforços para aumentar a reserva de terrenos destinada à construção de habitações públicas, incluindo, designadamente terrenos situados nos Novos Aterros Urbanos, Ilha Verde, Fai Chi Kei, Zona Norte e Taipa. Está a ser faseadamente planeada uma reserva de cinco lotes de terreno que poderá proporcionar mais de 4000 fracções.

O Governo, atento às aspirações dos cidadãos sobre a política de habitação pública, está empenhado na procura de terrenos. Para além dos 22 terrenos cuja concessão foi declarada caduca, existem ainda casos que se encontram em fase de análise. Os terrenos não aproveitados, desde que recuperados com sucesso no futuro, serão prioritariamente aproveitados para a construção de habitações públicas.

Devido à questão relacionada com o fornecimento de areia e em articulação com as obras da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, as obras de aterro na Zona A dos Novos Aterros poderão eventualmente vir a ser adiadas. Apesar disso, o Governo irá adoptar soluções para fazer face aos desafios, existentes ou que venham a surgir e para acelerar o planeamento das diversas instalações públicas. Prevê-se que possam ser oferecidas cerca de 28.000 fracções de habitação pública na Zona A dos Novos Aterros Urbanos.

O Governo, atento à situação de oferta e procura no mercado imobiliário, irá acelerar o processo de apreciação de projectos de habitações privadas e adoptar, oportunamente, medidas eficazes para assegurar o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

(4) Elevação do nível de saúde da população

O Governo, imbuído do princípio governativo “Tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, irá implementar, com a maior brevidade, o “Projecto de Melhoramento das Infra-Estruturas do Sistema de Saúde”. As obras das diversas instalações do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas estão a ser sucessivamente executadas. Este ano, serão concluídas ou entrarão em funcionamento várias instalações, umas construídas de raiz e outras que sofreram obras de ampliação, nomeadamente o Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo, localizado no Edifício do Lago, o Centro Clínico de Saúde Pública de Coloane e o Posto de Saúde de Coloane.

O Governo irá introduzir o conceito da iniciativa da Organização Mundial de Saúde “idosos com vitalidade”, maximizando o efeito da estratégia “fomentar a saúde, incentivar a participação e promover a garantia social”, permitindo, assim, a elevação contínua da qualidade de vida da população. Pretendemos implementar novos serviços de cuidados de saúde para os idosos nos centros de saúde. Será reforçada a cooperação com as instituições médicas sem fins lucrativos, com vista ao alargamento da prestação de serviços de cuidados de saúde. Prolongámos o horário de funcionamento do hospital público e de centros de saúde, e aumentámos as informações relativas aos serviços de saúde. O Governo, atento aos trabalhos de prevenção de doenças crónicas, irá desenvolver o programa piloto sobre o rastreio da saúde da população. A proposta de alteração ao “Regime de prevenção e controlo do tabagismo” já foi submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

Iremos reforçar o investimento de recursos na formação de médicos de clínica geral e de médicos especialistas. Será estudada a implementação de um mecanismo de desenvolvimento profissional contínuo para os profissionais de saúde e iremos aperfeiçoar o regime de protecção dos profissionais de saúde da linha da frente. O Governo dará continuidade à optimização da gestão científica para promover o desenvolvimento contínuo do sector da saúde de Macau.

O Centro de Cooperação de Medicina Tradicional da Organização Mundial da Saúde, criado este ano, está empenhado em promover não apenas a integração da medicina tradicional no

sistema dos serviços de cuidados de saúde primários, como também a elevação da qualidade e da segurança da medicina tradicional.

Iremos reforçar a generalização do desporto para todos e promover a expansão de espaços desportivos. Daremos prioridade ao estímulo da participação em actividades desportivas junto das crianças e dos jovens. Proporcionaremos incentivos às associações desportivas para a preparação de jovens quadros atletas, com vista ao desenvolvimento contínuo do desporto de rendimento.

(5) Promoção do desenvolvimento educativo e da formação de talentos

O Governo, firme na implementação dos princípios “promover a prosperidade de Macau através da educação” e “construir Macau através da formação de talentos”, irá promover o aperfeiçoamento dos regimes e planeamentos nesse âmbito, com um maior investimento de recursos, no sentido da elevação da qualidade e da competitividade dos cidadãos.

No próximo ano, será concluída a avaliação intercalar do Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior de Macau (2011-2020), e o Governo envidará esforços para a elevação do nível e da eficácia do investimento educativo. O Governo continuará empenhado no aperfeiçoamento do ensino especial e do ensino técnico-profissional, na implementação eficaz da reforma de currículos, no reforço da formação de docentes e na optimização da educação contínua.

O ambiente pedagógico constitui o critério de relevância para a avaliação da qualidade de ensino. As escolas que funcionam nos pódios dos edifícios já deixaram de satisfazer as exigências da modernização pedagógica, prejudicando, assim, o crescimento dos alunos. O Governo pretende coordenar planos de curto, médio e longo prazo, com ênfase na alocação de recursos educativos, para que a situação destas escolas seja resolvida de forma programada, permitindo, assim, a redução faseada do número deste tipo de escolas.

No âmbito do ensino superior, a proposta de revisão do “Regime do ensino superior” já foi aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa. Serão elaborados vários diplomas complementares, designadamente sobre o Fundo do Ensino Superior e o Regulamento do Ensino Superior. Será também lançado o “Teste piloto da avaliação dos novos cursos”, proporcionando, assim, alicerces para a implementação do Regime da Avaliação do Ensino Superior. Além disso, iremos impulsionar o desenvolvimento integrado entre as sinergias da indústria, da pedagogia e da investigação científica no âmbito do ensino superior.

Os jovens são a esperança da sociedade. Devemos criar melhores condições para o crescimento e o desenvolvimento dos jovens, permitindo, assim, a formação de uma geração jovem, imbuída do espírito de perseverança, competitiva e com sentido de responsabilidade. Será dada continuidade à implementação de diversas medidas e planos integrantes da Política de Juventude de Macau (2012-2020). O Governo, tendo por base os trabalhos de formação juvenil actualmente desenvolvidos pelas diversas associações civis, irá lançar o “Programa de mil talentos”, seleccionando-se, anualmente, mil talentos para participarem em actividades de intercâmbio a realizar no Interior da China.

O Governo empenhará esforços na intensificação de acções

relativas à generalização da ciência, bem como na formação de investigadores científicos, em prol do desenvolvimento contínuo da ciência e da tecnologia em Macau. Será desenvolvido o “Plano de preparação de jovens de excelência nas áreas científica e tecnológica”, com vista a estimular a capacidade criativa e de inovação dos alunos.

Os talentos são a chave para o desenvolvimento social. O reforço da formação, a reserva e o aproveitamento dos quadros qualificados são fundamentais para assegurar um futuro brilhante para Macau. O Governo já estabeleceu relações de cooperação com vários estabelecimentos educativos, de renome, do Interior da China e do Exterior, e celebrou acordos de cooperação com a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), proporcionando, assim, mais oportunidades aos alunos de excelência de Macau para o prosseguimento de estudos, a frequência de cursos de formação e de estágios no Exterior.

Iremos promover o reforço da formação de talentos bilingues em chinês e português, organizar periodicamente actividades de cooperação entre as instituições de ensino superior de Macau e as de Portugal, e estudar a concessão de um subsídio próprio para apoiar a formação de talentos qualificados e a cooperação na investigação pedagógica, a fim de transformar Macau numa base de formação de talentos bilingues em chinês e português.

Atendendo às características do desenvolvimento económico, e porque estamos empenhados em tomar conhecimento da situação da procura de talentos em todos os sectores, pretendemos promover a investigação sobre a situação actual e para os próximos três a seis anos, relativamente à procura de talentos, em termos de indústrias e de categorias profissionais, permitindo, assim, uma análise da exacta situação de insuficiência de talentos, bem como um estudo sobre o espaço para a ascensão profissional dos residentes de Macau. Além disso, será reforçada a cooperação com as empresas em vários aspectos, designadamente através de acções promocionais relativas às indústrias e profissões emergentes, e do desenvolvimento do “Quadro de cooperação entre o governo e as empresas na formação profissional e na promoção da certificação dos quadros”, com vista à formação de quadros técnico-profissionais para todos os sectores, através dum sistema de três-em-um, caracterizado por abranger a formação, a certificação e a colocação de quadros. Será, também, dada continuidade à construção de regimes de acreditação profissional, com ênfase na promoção de regimes de credenciação de profissionais de saúde e de assistentes sociais, durante o próximo ano. Além disso, tendo como referência as políticas de estímulo ao regresso de talentos, implementadas por outros países e regiões, iremos estudar medidas privilegiadas para estimular o regresso a Macau de talentos residentes no Exterior.

2. Impulsionamento da diversificação adequada da economia

Actualmente, o desenvolvimento económico de Macau está a enfrentar grandes desafios, contudo, graças às nossas bases sólidas, que se traduzem na existência de um sólido saldo financeiro e uma forte capacidade de superar as adversidades, é-nos possível manter a estabilidade da economia e do mercado de emprego.

Influenciado pelo ambiente incerto na economia regional, o sector do jogo de Macau registou um ajustamento contínuo. Nos primeiros dez meses de 2015, as receitas brutas do jogo apresentaram um valor de 196,07 mil milhões de patacas, correspondendo a uma redução de 35,5% em comparação com o

período homólogo do ano anterior.

Quanto às perspectivas da conjuntura da economia de 2016, a procura externa será mantida em desaceleração, existindo ainda riscos de degradação na economia mundial, a estrutura das nossas indústrias irá sofrer uma pressão de ajustamento ainda maior. No entanto, as indústrias não associadas ao jogo podem constituir um factor dinâmico para a manutenção da estabilidade da economia. Por outro lado, o Governo da RAEM irá acelerar o estudo sobre a criação do Fundo para o Desenvolvimento do Investimento da RAEM.

O Governo está empenhado na construção de “Um Centro, Uma Plataforma”, aproveitando melhor as oportunidades da implementação do 13.º Plano Quinquenal Nacional, da construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e do desenvolvimento das zonas-piloto do comércio livre no Interior da China, valorizando o papel e as funções da RAEM no desenvolvimento da economia e na abertura ao exterior do País, para criar mais condições favoráveis à dinamização do desenvolvimento económico de Macau.

(1) Valorização do desenvolvimento saudável do sector do jogo

Continuaremos a reforçar a fiscalização do sector do jogo e a aperfeiçoar os respectivos diplomas legais. O Governo iniciou, no corrente ano, o estudo sobre a revisão intercalar da indústria do jogo, avaliando o cumprimento dos contratos de concessão para a exploração dos jogos de fortuna ou azar em casino, procedendo a uma análise quer do sector do jogo, nomeadamente a sua influência na economia do território, no ambiente de negócios das PME's, na sociedade e na vida da população, quer das sinergias entre o sector do jogo e as componentes não associadas ao jogo, assim como das actividades dos promotores e a sua situação actual desde a liberalização do sector do jogo. Iremos regulamentar a exploração dos promotores, prevenindo e reprimindo as ilegalidades do sector do jogo. Neste sentido, a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos já emitiu, em Outubro passado, instruções internas destinadas a todos os promotores, com vista a aperfeiçoar o respectivo regime de fiscalização, promovendo o desenvolvimento saudável desta actividade. Simultaneamente, iremos analisar oportunamente a exploração e o funcionamento das salas VIP, assim como iremos estudar o reforço da sua fiscalização, por forma a facilitar o desenvolvimento do sector do jogo a longo prazo.

Iremos estimular as operadoras do jogo a desenvolverem empreendimentos turísticos de grande envergadura e incentivá-las a apostar no turismo de lazer, fortalecendo assim a competitividade global dessa indústria. Esforçar-nos-emos na promoção do jogo responsável, solicitando às operadoras do jogo a assunção das suas responsabilidades sociais, a salvaguarda do acesso ao emprego dos residentes locais e a aquisição de mais produtos e serviços locais.

(2) Aprofundamento da construção da cidade mundial de turismo

Macau é classificada como um exemplo excelente de uma cidade de turismo pela Organização Mundial de Turismo da ONU, sendo também reconhecida a sua diversidade turística. Ao mesmo tempo, Macau foi ainda classificada por uma famosa revista de turismo como o “Melhor destino de turismo e lazer de 2015”.

O Governo continuará a aproveitar as vantagens de Macau nos

aspectos da história, cultura, lazer e divertimento, a melhorar as instalações turísticas, a explorar mais meios para formar guias turísticos multi-linguísticos, a procurar mais fontes de turistas internacionais, a incentivar mais turistas a visitar o “Centro Histórico de Macau”, e a explorar novas rotas turísticas “multi-destinos”.

Iremos promover o turismo de lazer de Macau numa direcção mais diversificada e sofisticada, permitindo aos turistas ter uma memorável experiência de lazer. Daremos continuidade aos estudos e à avaliação sobre a capacidade de recepção turística e a capacidade de carga turística da cidade, nomeadamente a tomada de medidas de controlo de fluxos de pessoas durante períodos festivos, para assegurar a segurança de deslocações dos residentes e turistas. Iremos ainda aperfeiçoar as estatísticas da conta satélite do turismo para reflectir numa forma mais global e correcta o desenvolvimento do sector do turismo.

(3) Fomento das indústrias emergentes e apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs)

O Governo irá acelerar o processo de diversificação adequada da economia, fomentando o desenvolvimento dos sectores das convenções e exposições, das actividades culturais e criativas e da medicina tradicional chinesa, e irá concluir a elaboração do sistema de indicadores estatísticos para essas actividades emergentes.

O progresso do desenvolvimento do sector das convenções e exposições é muito notório, produzindo gradualmente efeitos de força matriz para outras actividades. Segundo o relatório divulgado pela Associação Global da Indústria de Exposições (UFI), Macau foi o mercado de exposições com melhor desempenho na região asiática em 2014, tendo esse resultado sido reconhecido internacionalmente. No próximo ano, será realizado o “Estudo sobre o Plano de Desenvolvimento de Convenções e Exposições de Macau”, que servirá de base para a definição de políticas e de rumo para o desenvolvimento futuro do referido sector.

O Governo já lançou uma série de medidas de apoio ao desenvolvimento das indústrias culturais e através da cooperação interdepartamental irá aperfeiçoar as diversas políticas, estudar a implementação do “regime de prémio para as indústrias culturais” e estabelecer uma plataforma de informações, com o objectivo de aumentar as potencialidades do sector das indústrias culturais de Macau.

Iremos intensificar a cooperação entre o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa Guangdong e Macau e os Laboratórios de Referência do Estado, acelerando a construção das instalações do Parque e a concretização dos projectos de desenvolvimento, em cooperação com duas empresas de qualidade e de renome da China. No próximo ano, o Parque Industrial irá desenvolver projectos-piloto, em cooperação com um ou dois países lusófonos, nomeadamente nos domínios de registos internacionais e de serviços e comércio.

As PMEs constituem parte significativa da economia de Macau. Para dar resposta à tendência de ajustamento da economia, e elevar o dinamismo económico, daremos continuidade à implementação do plano de apoio às pequenas e médias empresas, aumentando o montante máximo da garantia do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas, de 5 para 7 milhões de patacas. Proporcionaremos às empresas beneficiárias do “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas” que tenham reembolsado

integralmente os subsídios anteriormente concedidos, oportunidades de acesso, pela 2.^a vez, à atribuição do referido apoio com o limite máximo de 600.000 patacas, no sentido de elevar a sua capacidade de exploração sustentada. Iremos também lançar uma versão mais aperfeiçoada do plano de “prestação de serviços *in-loco*”, criar “assistentes de ligação empresarial”, implementar, em pleno, o projecto “Entrar nas PMEs”, promover activamente a captação de negócios e investimento, manter o investimento público de envergadura adequada, e promover a criação de mais oportunidades de emprego. Iremos ainda solicitar às operadoras de jogo que procedam a um aumento do investimento nas componentes não associadas ao jogo, encorajando-as a promover um desenvolvimento conjunto e harmonioso com as pequenas e médias empresas.

Daremos maior apoio à realização de actividades de consumo nos bairros comunitários e iremos criar o Grupo de Estudo do Desenvolvimento da Economia Comunitária, destinado a impulsionar, em conjunto com as associações industriais e comerciais das diferentes zonas do território, a promoção do desenvolvimento da economia comunitária. Iremos ajudar os estabelecimentos tradicionais, com características próprias para exploração de novas oportunidades de negócio. Para apoiar o desenvolvimento de produtos e serviços “*Made in Macau*” e “criados em Macau”, no corrente ano o Governo estabeleceu, na avaliação de propostas relativas à aquisição pública de bens e serviços, critérios de preferência ligados aos produtos e serviços locais.

Para diminuir os riscos das actividades comerciais das PMEs, será concretizada a criação do regime de seguro de créditos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias.

O Governo empenhar-se-á no seu papel de direcção, apoio e estímulo à qualificação dos jovens empreendedores. Após a criação oficial, no corrente ano, do Centro de Incubação de Negócios para Jovens (CINJ), é prestado apoio em diversas vertentes aos jovens empreendedores. No próximo ano, o Governo irá lançar um plano de criatividade e empreendedorismo juvenil com o tema ligado à *internet*, e estudar o alargamento do âmbito do apoio do Plano de Apoio a Jovens Empreendedores às três áreas de comércio livre em Guangdong, incentivando, desta maneira, a participação dos jovens na cooperação regional.

(4) Protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores residentes

A protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores residentes é sempre uma das preocupações prioritárias do Governo, e por esta razão também é importante a promoção da sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Através de acções de formação específicas, iremos apoiar os trabalhadores locais no acesso ao emprego ou na sua reconversão profissional, com vista a manter a estabilidade laboral. Iremos encorajar os empregadores, nomeadamente as grandes empresas, a actualizarem a remuneração dos empregados, para garantir a estabilidade dos seus recursos humanos.

Este ano, foi publicado o “Regime de garantia de créditos laborais”; foi alterado o regime de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais; foi aumentado para 20.000 patacas o montante máximo da remuneração de base mensal utilizado para o cálculo da indemnização na resolução sem justa causa por iniciativa do empregador; foi fixado o salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de

administração predial e, no prazo de três anos contados a partir da entrada em vigor da respectiva lei, será implementado o salário mínimo em todos os sectores.

No próximo ano, o Governo irá proceder à revisão e ao aperfeiçoamento da “Lei das relações de trabalho”, incluindo a alteração da legislação no sentido da criação da licença de paternidade remunerada e da resolução dos problemas derivados da coincidência de feriados com dias de descanso, sábados ou domingos; irá aperfeiçoar a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, através de uma cooperação mais estreita entre os serviços competentes, otimizando e implementando escrupulosamente o mecanismo de substituição de trabalhadores não residentes; irá acompanhar a elaboração da proposta de “Lei das relações de trabalho a tempo parcial”, aperfeiçoando a fiscalização das agências de emprego e do mercado de trabalhadores domésticos estrangeiros; irá reforçar a promoção, a execução da lei e a gestão sobre segurança ocupacional, a fim de proteger a segurança pessoal e a saúde dos trabalhadores.

(5) Estreitamento da cooperação regional

Atento à tendência trans-regional e diversificada na cooperação regional, o Governo da RAEM irá continuar a prosseguir os conceitos de macro-cultura e de macro-conjuntura para ampliar a plataforma de serviços para a cooperação diversificada entre a China e os países de língua portuguesa, integrando outras áreas para além da de comércio e dos serviços, divulgando de forma articulada e intercomunitária as informações obtidas através da cooperação, concretizando o desenvolvimento conjunto em benefícios mútuos.

Iremos dinamizar a construção de “Uma Plataforma” e dos “três centros”, disponibilizando pessoal e grupos de trabalho específicos na Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim e na Delegação Económica e Comercial de Macau em Lisboa para acompanhar as respectivas acções, impulsionando em conjunto os efeitos de “Uma Plataforma”; iremos colaborar activamente com o Ministério do Comércio e o Secretariado Permanente do Fórum de Macau para assegurar a preparação da 5.ª Conferência Ministerial do próximo ano.

Aproveitando as vantagens da participação na construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, iremos estreitar o intercâmbio e a cooperação com os países do sudeste asiático, os países de língua portuguesa e os países latinos, reforçando assim a interacção e o contacto a nível internacional.

Iremos avaliar, com diligência, o grau da concretização do posicionamento do desenvolvimento de Macau definido no 12.º Plano Quinquenal Nacional, no sentido de ponderar de forma global e valorizar o papel da RAEM e as suas vantagens no 13.º Plano Quinquenal Nacional, promovendo desta forma um desenvolvimento sócio-económico harmonioso.

O Governo irá maximizar a eficiência das políticas e medidas preferenciais, nomeadamente o Acordo CEPA, e inovar o modelo de cooperação entre Guangdong e Macau, bem como concretizar os objectivos do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”. Será impulsionada a liberalização do serviço e comércio entre Guangdong e Macau, procurando a criação de mais condições favoráveis tanto ao desenvolvimento das PMEs, como ao dos profissionais e dos jovens de Macau.

Dando cumprimento rigoroso ao Regime Jurídico da Reserva Financeira, e com base no princípio basilar “segurança, efectividade e estabilidade”, será promovida de forma estável a utilização de uma parte da reserva financeira para participar em financiamentos de projectos de investimento de Guangdong, Fujian e do Banco de Desenvolvimento da China, com vista a garantir e a valorizar o capital da reserva financeira da RAEM.

Continuaremos a impulsionar a construção das infraestruturas transfronteiriças, nomeadamente a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e o novo acesso entre Macau e Guangdong, promovendo o aperfeiçoamento do modelo de circulação transfronteiriça e facilidades alfandegárias. Será promovida a cooperação na área relacionada com a vida da população, elevando a qualidade de vida dos residentes, aproveitando a cooperação regional.

Iremos continuar a aprofundar a cooperação com o Grande Delta do Rio das Pérolas, com a Província de Fujian e com Pequim, bem como a melhorar constantemente o mecanismo de comunicação entre Hong Kong e Macau e a actividade da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan.

3. Construção de uma cidade com condições ideais de vida

Macau possui ricos recursos históricos, culturais e turísticos. Paralelamente ao desenvolvimento da indústria do turismo, iremos melhorar constantemente as condições nos âmbitos da cultura, transportes, segurança pública, protecção ambiental e da saúde, para que Macau seja uma cidade com condições ideais de vida.

Iremos iniciar estudos sobre um plano para o desenvolvimento da nova era de mega-dados para que Macau passe a ser uma cidade inteligente. O Governo irá apoiar os serviços públicos e os sectores da sociedade na aplicação de novas tecnologias, no sentido de elevar a eficiência da Administração Pública, melhorar a qualidade da vida dos residentes, aperfeiçoar o ambiente de negócios das PMEs e promover a valorização industrial.

(1) Aperfeiçoamento do ambiente urbano

Atendendo ao desenvolvimento da sociedade e à evolução da conjuntura interna e externa, iremos reforçar a cooperação regional, intensificar a cooperação entre as forças de segurança e a população e formar uma equipa de elevada qualidade e eficiência, empenhada no aprofundamento do uso das tecnologias para intensificar o policiamento. Iremos prevenir e combater diferentes tipos de crimes, elevar a capacidade de resposta do mecanismo interdepartamental para o tratamento do risco com medidas preventivas, e responder oportunamente a todos os incidentes públicos imprevistos, assegurando, com todos os meios, a segurança pública da RAEM.

Em observância das instruções da Organização Mundial da Saúde, continuaremos a melhorar a nossa actuação no âmbito da vigilância de doenças transmissíveis, do armazenamento de medicamentos, na construção de instalações e na realização de simulacros periódicos, e manteremos estreito contacto, aperfeiçoando o mecanismo de comunicação, com as regiões vizinhas, procurando, com todos os meios ao nosso alcance, proteger a saúde e a segurança da população.

Tendo por base os padrões de segurança alimentar reconhecidos internacionalmente, iremos intensificar as acções de supervisão e inspecção e alargar o leque de alimentos sujeitos a inspecção ou a recolha de amostras para análise. No próximo ano, serão lançados 4

novos critérios de segurança alimentar e intensificadas as acções de combate à produção ilegal ou ao contrabando de alimentos, de modo a assegurar a segurança alimentar em Macau. Iremos adoptar medidas eficazes para salvaguardar a segurança em termos de habitação, transporte, abastecimento de água e electricidade, e de rede de telecomunicações, aperfeiçoando o sistema de aviso meteorológico e a capacidade de drenagem das redes de esgotos e dando a maior atenção aos efeitos dos tufões e das cheias na cidade.

No que respeita aos serviços da rede de telecomunicação, as entidades licenciadas irão disponibilizar, no próximo ano, os serviços 4G em todo o território.

Nos últimos anos, o trânsito tem sido uma das preocupações dos residentes de Macau, afectando não só a eficiência das deslocações mas também a segurança rodoviária e o ambiente. O Governo da RAEM irá rever globalmente as estratégias de trânsito e transportes, adoptando activamente medidas de “primazia dos transportes públicos”, “controlo do número de veículos”, “reordenamento do sistema rodoviário” e “promoção das deslocações a pé”.

Iremos prosseguir o princípio da “primazia dos transportes públicos”, aperfeiçoar e alargar a rede de carreiras de autocarros, iniciando-se no próximo ano os trabalhos para a implementação experimental do corredor exclusivo para transportes públicos que se estende entre a Barra e a Doca Lam Mau, em horários determinados.

Nos últimos anos, a economia de Macau desenvolveu-se rapidamente e o congestionamento do trânsito tem vindo a agravar-se substancialmente. No âmbito da política geral de trânsito e transportes, iremos propor o aumento do imposto sobre veículos motorizados, elevando assim o valor de aquisição de veículos, o que contribuirá para o controlo do crescimento do respectivo número. Iremos ainda propor o cancelamento da isenção de imposto sobre veículos para uso exclusivo na actividade de turismo, rever a legislação para reduzir o período de tempo de inspecção obrigatória dos veículos em uso e definir os critérios de emissão de gases de escape e as medidas de controlo. O novo centro de inspecção de automóveis irá entrar em funcionamento no 2.º trimestre de 2016 para responder às futuras necessidades de inspecção.

Continuaremos a combater as infracções relacionadas com os taxistas na defesa da imagem de Macau como uma cidade de turismo. Nos finais de 2015, haverá 1.420 táxis em Macau. Com a emissão, no próximo ano, de 250 alvarás de licenças para a exploração da indústria do transporte de passageiros em táxis, com o concurso público realizado para a concessão de 100 licenças especiais de táxi, e com o termo de 170 licenças de táxis, o número de táxis atingirá 1.600 nos finais de 2016.

Iremos melhorar o ambiente de deslocação dos residentes e criar espaços sem barreiras nos passeios. No próximo ano, daremos continuidade à construção da rede pedonal de ligação entre a zona do NAPE e do ZAPE e a zona da Guia e da Horta e Costa.

O Governo pretende rescindir com a maior brevidade o contrato celebrado com o empreiteiro em relação à obra do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, e reiniciar, com a brevidade possível, as respectivas obras de construção. No próximo ano, serão concluídas as obras de construção da estrutura das 11 estações do Metro Ligeiro na Taipa, e reabertos gradualmente à população todos os espaços rodoviários vedados durante as obras. Para aliviar a pressão do trânsito que circula entre Macau e a Taipa, o Governo já

deu início à preparação da extensão do serviço do Metro Ligeiro até à Estação da Barra, procurando iniciar o mais breve possível os respectivos trabalhos de construção. Por outro lado, com a inauguração do projecto da habitação pública de Seac Pai Van, e tendo em conta a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, prevê-se um aumento da procura de transportes públicos nessa área. Deste modo, já estão em curso estudos sobre a viabilidade da Linha de Seac Pai Van, na sequência de auscultação pública. No que respeita à Linha da Península de Macau, o segmento sul será alterado, prevendo-se a sua conclusão no próximo ano. Serão iniciados estudos técnicos relativos ao Traçado Marginal do Segmento Norte que liga as Portas do Cerco e a Ponte da Amizade. Em simultâneo, tendo em consideração as necessidades de desenvolvimento da Zona A dos Novos Aterros e da ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o Governo prepara-se ainda para a fase seguinte de construção.

As obras de optimização do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior estão concluídas e as instalações têm sido faseadamente reabertas. As obras de construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa serão concluídas em breve, e este entrará, gradualmente e a título experimental, em funcionamento, prevendo-se o seu pleno funcionamento no segundo semestre do próximo ano.

Após estudos de análise efectuados pelos serviços da área dos transportes e das obras públicas e pelas instituições consultadas para o efeito, está a ser ponderado que a 4.ª Ligação Macau-Taipa seja efectuada através de uma ponte. Na fase seguinte, serão elaborados vários relatórios de avaliação necessários para o início das obras.

O Governo irá rever e ajustar as estratégias no sector aéreo para satisfazer as necessidades decorrentes da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”.

A protecção ambiental tem vindo a ser uma das prioridades da acção do Governo da RAEM, que se tem sempre empenhado em proporcionar às novas gerações um ambiente sustentável e ideal para viver. O Governo irá iniciar com a brevidade possível o processo legislativo do Regime de Avaliação de Impacto Ambiental e implementar gradualmente o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau, aplicando o princípio do “poluidor-pagador” e irá estudar a viabilidade de medidas de apoio ao sector da reciclagem. No que respeita à cooperação no âmbito ambiental, o Governo celebrará, com a brevidade possível, um acordo com as autoridades do Interior da China relativo ao plano de implementação da disposição de materiais inertes resultantes de demolições e construções de Macau ao longo da área costeira do Interior da China, e dará início às obras de construção de instalações para a separação dos referidos materiais. Para resolver os problemas que os veículos abatidos causam ao nível do ambiente e da higiene pública, será implementado o projecto de depósito e transferência transfronteiriça dos veículos abatidos, no âmbito da protecção ambiental do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau. Prevê-se que no próximo ano esteja concluída a construção de uma instalação para o depósito provisório dos veículos abatidos e, em simultâneo, será dado início aos trabalhos de planeamento e de construção de uma instalação permanente de pré-tratamento desses veículos.

O Governo irá promover a utilização de veículos ecológicos, designadamente de veículos eléctricos, para reduzir a poluição atmosférica. Iremos incentivar a arborização urbana tridimensional para disponibilizar mais espaços verdes na cidade.

(2) Reforço da promoção dos valores humanistas

Macau, umas das importantes escalas na antiga rota marítima da seda, tem sido desde há vários séculos um local de encontro das culturas chinesa e ocidental onde sempre coexistiram em harmonia várias etnias, religiões e culturas, e onde os macaenses e os portugueses aqui residentes têm desempenhado um papel vital na promoção do intercâmbio entre as culturas chinesa e estrangeira. Continuaremos a promover a excelente tradição de harmonia entre diferentes comunidades e da coexistência multicultural, trabalhando junto da população para a prosperidade e o progresso da sociedade.

Em 2015, por ocasião do 10.º aniversário da inscrição do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Mundial, o Governo entregou relatórios à UNESCO. No próximo ano, depois de auscultar a opinião pública, será concluída a elaboração do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau. O Governo irá ainda estudar a revitalização das moradias da zona de Mong-Há para criar mais espaços culturais, turísticos e de lazer.

Iremos valorizar o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a salvaguarda do património cultural, integrar e aproveitar os recursos públicos para explorar mais espaços de cultura e de artes, formar quadros culturais locais e fomentar o desenvolvimento das artes criativas, prestando serviços culturais qualificados aos cidadãos e elevando o nível cultural da cidade.

O Governo irá elaborar o relatório Metas do Desenvolvimento das Mulheres de Macau, fomentando uma maior participação cívica das mulheres, e irá reforçar a protecção de crianças e criar um ambiente favorável ao seu crescimento saudável. O Governo continuará a apoiar o trabalho relacionado com os assuntos dos chineses ultramarinos, agregando a força dos chineses ultramarinos de Macau e dos seus familiares; e continuará a incutir na população a virtude tradicional de amar a Pátria e amar Macau, o respeito para com os idosos, a disponibilidade para ajudar os outros, a harmonia e a tolerância, em prol de construção, em conjunto, de uma sociedade humanista.

4. Aprofundamento da reforma da Administração Pública

No próximo ano, o Governo manter-se-á firme no prosseguimento dos princípios governativos de “servir melhor os cidadãos” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”. Neste contexto, iremos nortear a nossa actuação no interesse global da RAEM, auscultando a opinião pública e fomentando uma boa interacção com a população.

O Governo empenhar-se-á no aumento da transparência da acção governativa, submetendo-a à fiscalização da sociedade e da população, e na salvaguarda, de acordo com a lei, das liberdades de imprensa, de edição e de expressão.

Iremos impulsionar gradualmente a reorganização e a integração dos organismos consultivos das diferentes áreas, alargando os canais de participação da população na definição das políticas públicas. Ao abrigo da regulamentação estabelecida pelo Governo, procederemos a um acompanhamento, de forma programada, do número de organismos consultivos em que as personalidades sociais, enquanto membros, podem desempenhar funções, bem como a duração dos seus mandatos.

O Governo dará continuidade à racionalização das estruturas e das funções da Administração Pública. Neste âmbito, serão concluídos, dentro de 2 anos, 15 projectos de ajustamento e reorganização das funções dos serviços e organismos públicos, no sentido de levar a cabo a racionalização de quadros e a simplificação administrativa. Iremos consolidar o mecanismo de coordenação entre os serviços públicos e reforçar a cooperação interdepartamental no seio do Governo, com vista a elevar a capacidade de execução das políticas.

Em conformidade com a Lei Básica de Macau e com base em estudos realizados, iremos planear a criação de um órgão municipal sem poder político, definindo uma distribuição racional de atribuições próprias de um órgão municipal e dos serviços conexos.

O Governo já elaborou o Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM 2015-2019 e procedeu, de igual modo, à análise e optimização dos procedimentos interdepartamentais de “licenciamento/licenças administrativas”. Iremos lançar mais medidas electrónicas que oferecem uma maior comodidade aos cidadãos, prevendo ser possível a marcação prévia de todos os serviços dos registos e do notariado através da *internet* em finais de 2016. Através da instituição de uma série de plataformas de serviços públicos, proporcionaremos aos cidadãos serviços de maior qualidade e conveniência.

Pautando-se pelos princípios de selecção fundamentada na competência pessoal, de meritocracia e da escolha recíproca, iremos proceder à reforma do regime de recrutamento centralizado com a implementação de um modelo uniformizado e centralizado através da realização de provas a dois níveis, como forma de elevar a qualidade e a eficiência do recrutamento, e iremos, ainda dentro deste ano, finalizar os trabalhos relacionados com a revisão do regime de “Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos”. Iremos criar um mecanismo de gestão das queixas apresentadas pelos trabalhadores dos serviços públicos. Iremos também activar a reforma dos regimes de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública, que passarão a contar, formalmente, com a apreciação por uma terceira parte no regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção, estendendo este regime a diversos níveis e áreas dos serviços públicos.

Uma equipa excelente de trabalhadores dos serviços públicos constitui uma garantia de um funcionamento eficaz da máquina administrativa. Ouvidas as opiniões e sugestões das associações de trabalhadores dos serviços públicos e da Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, o Governo propõe-se aumentar as remunerações dos trabalhadores dos serviços públicos, já no próximo mês de Janeiro, passando cada ponto do índice da tabela salarial para 81 patacas, e a respectiva proposta de lei será posteriormente entregue à Assembleia Legislativa, para efeitos de apreciação. Para além disso, é do conhecimento público terem sido lançadas no corrente ano três novas medidas de apoio financeiro, demonstrativas da solidariedade com os trabalhadores de nível inferior. No próximo ano, o Governo irá concluir a avaliação global do “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”, para criar uma base institucional para desenvolver a actualização das remunerações por categorias, concretizando assim a política de apoio aos trabalhadores dos serviços públicos de nível inferior e da linha da frente, no que concerne à melhoria, de forma mais ampla possível, as regalias dos trabalhadores dos serviços públicos de diversas categorias.

A coordenação centralizada da produção de projectos de diplomas legais permite garantir a qualidade legislativa e a sua implementação constitui uma tarefa importante do Governo da RAEM. Com efeito, o Governo irá ajustar bem as relações entre o serviço de assuntos de justiça e os serviços de execução política no âmbito da produção legislativa. Paralelamente, iremos reforçar o trabalho de coordenação entre o plano legislativo de médio e longo prazo e os planos legislativos anuais.

O Governo da RAEM continuará a apoiar, de forma empenhada, a modernização das instalações de *software* e *hardware* dos órgãos judiciais, promovendo a construção das suas infra-estruturas.

Sendo o mecanismo de resolução alternativa de litígios um meio eficaz de resolução de conflitos sociais, o Governo deu já início à introdução do regime de conciliação e, de igual modo, irá proceder à revisão do regime de arbitragem, com vista à criação de um mecanismo diversificado de resolução de litígios com uma estrutura sólida, de maneira a garantir, com uma maior eficácia, a estabilidade e a harmonia social de Macau.

O Comissariado Contra a Corrupção, a par do ajustamento da sua dotação de pessoal e da elevação da eficiência da sua actuação, continuará, de forma incessante, a prevenir e combater todos os tipos de actos ilegais e a reforçar os trabalhos de cooperação na investigação de casos transfronteiriços. Irá, igualmente, proceder à análise e balanço sistemáticos do ponto de situação dos casos da provedoria de justiça, abrindo inquéritos e promovendo o aperfeiçoamento eficaz dos serviços públicos prestados, tanto ao nível de funcionamento geral dos serviços, como ao nível institucional dos mesmos. Do mesmo modo, irá promover a difusão da plataforma para apresentação de queixas *online* e do sistema comunitário íntegro para que a população em geral possa participar em conjunto na defesa da integridade e da justiça na sociedade.

O Comissariado da Auditoria irá reforçar as auditorias concomitantes aos projectos de grandes empreendimentos públicos, fortalecer as auditorias de resultados e específicas, intensificar a amplitude e a profundidade das auditorias sistemáticas, promover junto dos serviços públicos a criação de mecanismos de controlo interno, otimizar de forma constante os recursos humanos e os circuitos de trabalho, e aumentar a capacidade de prevenção dos riscos de auditoria.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados:

Queria pedir desculpa a todos. O meu colega alertou-me sobre o valor dos vales de saúde, há pouco li 6.000 patacas mas devem ser 600 patacas. Rectifico então o valor para 600 patacas e peço desculpa a todos os presentes.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados:

Macau está a entrar numa fase importante de aceleração da construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, tendo como objectivo de longo prazo a edificação, até meados da década de 30 deste século, de uma cidade modernizada, com condições ideais de vida, de trabalho, de mobilidade, de entretenimento, para viajar e de

recreação a nível internacional, e como objectivo de médio prazo a obtenção de resultados efectivos e graduais, com vista a proporcionar uma base sólida para concretizar o referido objectivo de longo prazo.

A fim de levar a cabo os objectivos gizados, o Governo irá aproveitar, em pleno, as vantagens decorrentes da estabilidade da conjuntura económico-social global de Macau, manter-se-á firme nas estratégias de desenvolvimento definidas, erguerá o seu espírito inovador, persistirá no desígnio de reforma e demonstrará a sua atitude pragmática, no sentido de, juntamente com a população em geral, superar as dificuldades para se empenhar na concretização de um melhor futuro.

Pugnaremos ao máximo pela implementação dos grandiosos princípios de “um País, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, actuando em estrito cumprimento da Lei Básica de Macau. Empenhar-nos-emos numa governação de acordo com os princípios de “servir melhor os cidadãos” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”, reforçaremos a capacidade de identificação de situações de crise e o sentido de alerta para eventuais riscos, impulsionaremos a diversificação adequada da economia e melhoraremos, de forma constante, a qualidade de vida da população.

O Governo encarará, com diligência, as múltiplas dificuldades e desafios, estudando exaustivamente a raiz desses problemas, com a vista a estabelecer estratégias específicas para solucionar, com afinco, as necessidades de adequação das reais condições objectivas ao objectivo de longo prazo. Iremos enfrentar com serenidade a conjuntura decorrente da sobreposição de velhos e de novos conflitos, derivada de um ambiente complexo e mutável, quer a nível interno, quer externo.

Teremos de possuir determinação e dispor de soluções que permitam neutralizar conflitos e resolver problemas, assumiremos rigorosamente as nossas responsabilidades, actuaremos com pragmatismo e agregaremos a sabedoria e as forças da população de Macau, para resolver, de forma empenhada, as dificuldades e os problemas existentes, e promoveremos a prossecução contínua do desenvolvimento dos diferentes projectos da RAEM, de modo a demonstrar, em pleno, o privilégio e a grande vitalidade do sistema de “um País, dois sistemas”.

A experiência demonstra que quanto melhor estiver a Pátria, melhor será Macau. Teremos de conjugar as vantagens singulares e específicas de Macau com o forte apoio concedido pela Pátria, enquanto grande pilar para Macau, aproveitando ao máximo as oportunidades decorrentes da nova etapa de desenvolvimento da Pátria, no sentido de aprofundar consistentemente a cooperação Guangdong-Macau e a cooperação regional, alargar o intercâmbio internacional e participar activamente na estratégia de desenvolvimento do País baseada na tese de se abrir mais ao exterior. Teremos de acelerar a construção de “Um Centro, Uma Plataforma”, como forma de estimular o desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade de Macau.

No próximo ano, o Governo empenhar-se-á em dinamizar a motivação e a criatividade dos diferentes sectores, incentivando a capacidade inovadora de toda a sociedade. Será fomentado um ambiente mais propício para os jovens crescerem, reforçando a transmissão e a promoção do valor nuclear do amor pela Pátria e por Macau. Ouviremos, de modo ainda mais abrangente, as opiniões da

população, reunindo sabedorias da sociedade, em prol do desenvolvimento estável da economia e do melhoramento do bem-estar da população. Iremos elevar constantemente a capacidade e o nível de governação segundo a lei, valorizando a formação de um ambiente social igualitário e justo.

Perspectivando o futuro, com o total apoio do Governo Central e em congregação de esforços conjuntos com a população, o desenvolvimento de Macau irá percorrer um caminho mais estável, mais favorável, mais célere e mais projectado para o futuro. Estamos convictos de que os anseios dos cidadãos de uma vida melhor e de um ambiente de crescimento mais próspero para as próximas gerações irão ser concretizados, neles gerando uma profunda e manifesta sensação gratificante que é a partilha por todos dos frutos resultantes dos contributos que deram para a construção conjunta da sociedade.

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a esta Assembleia Legislativa, a todos os cidadãos e à equipa de trabalhadores dos serviços públicos pelo tanto que contribuíram, no ano que passou, para a execução da acção governativa, e ao Governo Central e respectivas instituições estabelecidas em Macau pelo grande e empenhado apoio ao desenvolvimento da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados:

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Srs. Deputados:

Da Ordem do Dia de hoje constava apenas um único ponto. Agradeço, mais uma vez, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Sr. Chefe do Executivo, e de todos os membros do Conselho Executivo e do Governo na reunião plenária de hoje. Na reunião plenária de amanhã o Sr. Chefe do Executivo vai responder às perguntas colocadas pelos Srs. Deputados sobre o Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2016. Srs. Deputados, façam favor de preparar as perguntas que pretendem colocar. Declaro então encerrada a reunião.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Divisão de Redacção e Publicações